

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br



Publicidade Legal

Edição 11.134 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

QUARTA-FEIRA // 23.09.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Expo Assis amplia orçamento, mas MP questiona os valores

●Orçamento do turismo cresceu R\$ 1,76 milhão, mas contratos de R\$ 2,98 milhões ainda não tinham empenho até setembro

●MP apura como Prefeitura vai bancar Expo Assis, estimada em R\$ 4,64 milhões, após ampliar em R\$ 1,76 milhão a verba do turismo

●A investigação do Ministério Público do Paraná sobre os gastos da Expo Assis 2026 revelou uma sequência de contratações, suplementações orçamentárias e recursos ainda pendentes que colocou no centro da apuração não apenas o tamanho da festa organizada pela gestão do prefeito Marcel Micheletto, mas a

DADOS

●O ponto central agora investigado pelo MP está na evolução da verba para bancar o evento. A Ação 2.013, denominada "Atividades de Fomento ao Turismo", começou com dotação de R\$ 2.308.500

forma como ela será financiada. Documentos analisados pela Gazeta do Paraná mostram que a Prefeitura de Assis Chateaubriand ampliou em R\$ 1,76 milhão a dotação destinada às "Atividades de Fomento ao Turismo" ao longo de 2026. Mesmo assim, quando prestou informações ao Ministério Público,

o Município informou que, até 3 de setembro, ainda não haviam sido emitidos os empenhos referentes aos seis contratos arquivados da Expo. O dado levou a Promotoria a determinar, já no âmbito do Inquérito Civil, que Micheletto apresente a execução financeira atualizada dos contratos. Público ● P.3

Moro: Justiça manda Fiep preservar documentos



Reprodução/Redes Sociais

●A Justiça Eleitoral determinou que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) preserve contratos, documentos fiscais, notas de empenho, ordens de serviço, comprovantes de pagamento e registros contábeis relacionados a eventos realizados entre 2024 e 2026. A medida foi adotada dentro de uma ação que pede a cassação dos registros das candidaturas de Sergio Moro e de seu vice, Edson José de Vasconcelos, na disputa pelo Governo do Paraná. A decisão

foi proferida pelo corregedor regional eleitoral, desembargador Fernando Prazeres, na Ação ajuizada por Sandro Alex e pela coligação A Mudança Continua. A ordem alcança documentos referentes aos Fóruns Regionais da Indústria de 2024 e 2025, à Expo+Indústria de 2026 e à Assembleia Geral Extraordinária da Fiep realizada em 26 de agosto. A Federação deverá informar à Justiça, no prazo de cinco dias, quais documentos foram preservados. Público ● P.2



Atualmente, cada clube pode relacionar até nove estrangeiros por partida nas competições nacionais Cesar Greco

GRINGOS?

CBR e clubes aprovam redução de estrangeiros no futebol brasileiro a partir do ano que vem. Esportes ● Pág.6

PARANÁ E PARANAVAÍ NA PONTA DA TABELA

Esportes ● Pág.6

ESTEVÃO FALA SOBRE A VOLTA À SELEÇÃO

Esportes ● Pág.6

SÉRIE OURO: DEFINIDO DUELO DAS QUARTAS

Esportes ● Pág.6

PEQUENOS BRILHAM NA COPINHA DE FUTSAL

Esportes ● Pág.6

Deltan TSE forma maioria para manter campanha suspensa

O TSE formou maioria para manter suspensos os atos de campanha de Deltan Dallagnol (Novo), candidato ao Senado pelo Paraná. Um dos pontos centrais do caso é a diferença entre suspender os atos de campanha e indeferir definitivamente o registro da candidatura. Até o momento, o registro concedido pelo TRE-PR continua formalmente deferido. Público ● P.4



Congresso em foco



Divulgação

Umuarama Justiça manda retirar propaganda eleitoral irregular

A Justiça Eleitoral determinou a regularização de propagandas eleitorais instaladas de forma irregular em espaços públicos de Umuarama. A decisão, expedida em 19 de setembro, atende a uma representação apresentada pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca, após o Ministério Público do Paraná identificar problemas em diferentes pontos do município. Público ● P.3

Público

Eleições 2026 Decisão atende pedido de Sandro Alex em ação que pede cassação de Moro e Vasconcelos e determina preservação de contratos e registros de eventos da Fiep realizados entre 2024 e 2026

Justiça manda Fiep preservar documentos ligados a Sergio Moro

A Justiça Eleitoral mandou a Fiep preservar documentos de eventos em ação que pede a cassação das candidaturas de Moro e Vasconcelos

DA REDAÇÃO
Cascavel

•A Justiça Eleitoral determinou que a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) preserve contratos, documentos fiscais, notas de empenho, ordens de serviço, comprovantes de pagamento e registros contábeis relacionados a eventos realizados entre 2024 e 2026. A medida foi adotada dentro de uma ação que pede a cassação dos registros das candidaturas de Sergio Moro e de seu vice, Edson José de Vasconcelos, na disputa pelo Governo do Paraná.

A decisão foi proferida pelo corregedor regional eleitoral, desembargador Fernando Prazeres, na Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 0603370-74.2026.6.16.0000, ajuizada por Sandro Alex e pela coligação A Mudança Continua. O processo foi distribuído em 18 de setembro e a liminar foi concedida parcialmente no dia 21.

A ordem alcança documentos referentes aos Fóruns Regionais da Indústria de 2024 e 2025, à Expo+Indústria de 2026 e à Assembleia Geral Extraordinária da Fiep realizada em 26 de agosto. A Federação deverá informar à Justiça, no prazo de cinco dias, quais documentos foram preservados. Em caso de descumprimento, foi fixada multa de R\$ 30 mil.

A decisão, porém, não conclui que Moro ou Vasconcelos cometeram abuso de poder econômico. Prazeres afirma que os fatos narrados podem, em tese, ser examinados sob essa hipótese, mas registra que a análise inicial permite reconhecer plausibilidade apenas em parte das alegações e que o esclarecimento depende da produção de provas.

R\$ 11,27 milhões

Um dos pontos centrais da ação é o custo da estrutura utilizada pela Fiep nos eventos dos quais Moro participou. Segundo a acusação reproduzida na decisão, cinco contratos relacionados a serviços



A decisão, porém, não conclui que Moro ou Vasconcelos cometeram abuso de poder econômico Reprodução/Redes Sociais

de mídia, rádio, estruturas para eventos, organização e marketing totalizariam aproximadamente R\$ 11,27 milhões. Desse montante, cerca de R\$ 5,18 milhões teriam sido executados no período dos Fóruns Regionais da Indústria de 2025. A acusação não afirma que todo esse dinheiro tenha sido empregado com finalidade eleitoral. O que os autores pretendem investigar é a eventual conexão entre despesas realizadas pela entidade e a exposição pública dos futuros integrantes da chapa. A ação sustenta que os gastos abrangem serviços relacionados à estrutura dos eventos, mídia, comunicação, organização e outras despesas que agora poderão ser confrontadas com contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento e registros contábeis.

Moro nos fóruns da Fiep

A ação sustenta que a estrutura da Federação teria sido utilizada para ampliar a exposição política de Moro enquanto Vasconcelos ainda presidia a entidade. Os Fóruns Regionais da Indústria de 2025 passaram por cidades como Guarapuava, Pato Branco, Cambé, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa, Iratí e Curitiba. De acordo com a petição, Moro participou reite-

radamente dos encontros como convidado de honra.

A acusação atribui ao então senador manifestações de conteúdo político durante alguns desses eventos. Os autores sustentam que determinadas falas ultrapassaram a discussão de assuntos relacionados ao setor industrial e passaram a abordar temas da disputa política. Esses elementos integram a argumentação apresentada pelos autores da ação e ainda serão submetidos ao contraditório.

Para Fernando Prazeres, há elementos suficientes nesta etapa para justificar a preservação das provas relacionadas aos custos dos eventos. O desembargador considera relevantes contratos, notas fiscais, comprovantes de pagamento, valores, fontes dos recursos e identificação dos fornecedores para que posteriormente seja possível dimensionar economicamente as atividades questionadas.

Mudança no estatuto

Outro capítulo da investigação envolve a Assembleia Geral Extraordinária da Fiep realizada em 26 de agosto. A acusação questiona uma alteração no estatuto da entidade relacionada às hipóteses de afastamento e retorno de dirigentes que assumam funções políticas. Os

autores sustentam que a mudança poderia beneficiar Vasconcelos, que deixou a presidência da Fiep e posteriormente passou a integrar a chapa de Moro. Segundo a própria decisão, participaram da assembleia 76 delegados, sendo 60 presencialmente e 16 de forma eletrônica, entre representantes de 103 sindicatos.

A preservação dos documentos é uma medida para garantir as provas durante o processo e não representa conclusão de que houve abuso de poder econômico

Nesse ponto, entretanto, Prazeres fez uma ressalva importante. O magistrado afirmou que, nesta fase inicial, os indícios relacionados à Expo+Indústria e à assembleia extraordinária não são suficientes, por si só, para indicar benefício direto às candidaturas. Ainda assim, determinou que os documentos referentes aos custos dessas atividades também sejam preservados, permitindo que as

despesas sejam examinadas durante a instrução do processo.

Justiça negou pedidos

A decisão não acolheu integralmente a liminar requerida por Sandro Alex e sua coligação. Entre as medidas rejeitadas está a retirada imediata de outdoors institucionais da Fiep. O magistrado considerou que não havia, naquele momento, correlação suficiente entre as peças publicitárias e as candidaturas investigadas. Prazeres também observou que a Fiep não integra o polo passivo da ação. Os investigados são Sergio Moro e Edson José de Vasconcelos.

Outro pedido negado pretendia impedir Moro e Vasconcelos de participarem de eventos organizados, promovidos ou patrocinados pela Fiep e por entidades do Sistema Fiep até a realização das eleições. O corregedor considerou insuficientes os elementos apresentados para justificar uma restrição dessa natureza neste momento processual.

Também foi negado, por enquanto, o pedido para que a Fiep apresentasse imediatamente todo o detalhamento das despesas e das fontes dos recursos. O magistrado entendeu que essa produção poderá ocorrer posteriormente,

durante a fase de instrução.

A medida efetivamente concedida foi a preservação da documentação, impedindo alteração, descarte ou reorganização dos registros relacionados aos fatos investigados.

Processo é público

A decisão também determinou o levantamento do sigilo geral dos autos. Prazeres registrou que ações de investigação judicial eleitoral estão submetidas à publicidade, embora documentos específicos que contenham informações protegidas possam permanecer sob sigilo. A consulta pública do PJe mostra que a AIJE foi distribuída em 18 de setembro de 2026. A decisão foi assinada por Fernando Prazeres na manhã de 21 de setembro, e o sistema registrou posteriormente a concessão parcial da medida liminar. Depois das intimações e de novas juntadas realizadas ao longo do dia 21, os autos voltaram conclusos ao corregedor regional eleitoral. A ação ainda seguirá para instrução e julgamento. A ordem de preservação dos documentos não representa conclusão de que houve abuso de poder econômico, nem decisão sobre os pedidos de cassação ou inelegibilidade formulados pelos autores.

TCE-PR manda Colombo pagar retroativamente piso nacional a professores

Município não aplicou reajuste do piso durante 11 meses de 2025 e terá de comprovar pagamentos corretos também em 2023 e 2024s

Eliane Alexandrino
Com TCE-PR

•O município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, terá de pagar retroativamente aos professores da rede municipal os valores correspondentes aos meses em que o piso nacional do magistério não foi aplicado em 2025. A determinação foi tomada pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), que julgou procedente denúncia apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de

Colombo (AMPC).

O reajuste do piso, fixado pelo Ministério da Educação (MEC) em janeiro de 2025 por meio da Portaria nº 77/25, estabeleceu o valor de R\$ 4.867,77. Segundo a apuração do Tribunal, Colombo só implementou o novo valor a partir de dezembro daquele ano. Com isso, o município deverá quitar as diferenças referentes aos 11 meses anteriores, de janeiro a novembro de 2025. A determinação deverá ser cumprida em até 60 dias após o trânsito em julgado da decisão, que ainda pode ser objeto de recurso.

Além do pagamento referente a 2025, o TCE-PR determinou que a Prefeitura apresente documentação capaz de comprovar que o piso nacional do magistério foi corretamente aplicado nos anos de 2023 e 2024. Caso os documentos não comprovem

o cumprimento do piso nesses dois exercícios, o município também terá de calcular e pagar retroativamente eventuais diferenças aos profissionais da educação.

Responsabilidade Fiscal

Durante a análise do processo, a Prefeitura de Colombo apresentou como justificativa para o atraso no reajuste o comprometimento das despesas com pessoal. Segundo a administração municipal, os gastos haviam ultrapassado o limite de 54% da Receita Corrente Líquida estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O município apresentou o Decreto Municipal nº 103, de 9 de dezembro de 2025, que formalizou a implementação do piso a partir daquele mês.

A justificativa, no entanto, não

foi aceita pelo Tribunal. A área técnica do TCE-PR destacou entendimento já firmado pela Corte em processo de consulta, segundo o qual a Lei Federal nº 11.738/2008 deve ser utilizada como referência para a definição e atualização do piso nacional dos profissionais do magistério.

De acordo com o entendimento citado no processo, a própria legislação permite que, quando o reajuste decorre de determinação legal, seja feita a adequação salarial mesmo diante de eventual ultrapassagem do limite de despesas com pessoal previsto na LRF.

A Coordenadoria de Apoio e Instrução Suplementar (CAIS) também apontou que as medidas de contenção de despesas adotadas pelo município ocorreram somente em 13 de junho de 2025. Dessa forma, segundo a unidade técnica, a medida não justificaria o descumprimento do piso nos meses anteriores.

Outro ponto destacado na análise foi que o reajuste passou a ser aplicado somente depois que a administração municipal tomou conhecimento da denúncia apresentada ao Tribunal de Contas.

Decisão foi unânime

O relator do processo, conselheiro Augustinho Zucchi, acompanhou o entendimento da área técnica e o parecer do Ministério Público de Contas do Paraná (MPC-PR), mas divergiu quanto à aplicação de multas. Para o relator, a regularização dos pagamentos é suficiente, neste momento, para substituir eventuais sanções por uma recomendação para que o município observe os próximos reajustes dentro dos prazos legais. O voto determinou que Colombo, no prazo de 60 dias após o trânsito em julgado, pague os valores retroativos referentes aos meses de 2025 em que o piso não foi respeitado. Também deverá comprovar a adequação dos salários aos valores estabelecidos nacionalmente em 2023 e 2024.

Se for constatado que o piso não foi aplicado corretamente nesses períodos, a administração terá de pagar as diferenças correspondentes. Os demais integrantes do Pleno acompanharam o voto do relator de forma unânime durante a sessão de Plenário Virtual nº 14/2026,

realizada em 20 de agosto.

O Acórdão nº 2196/26 – Tribunal Pleno foi disponibilizado em 9 de setembro, na edição nº 3752 do Diário Eletrônico do TCE-PR. A decisão ainda cabe recurso.

Piso nacional

O piso nacional do magistério é previsto na Lei Federal nº 11.738/2008 e estabelece um valor mínimo para a remuneração dos profissionais do magistério público da educação básica. No caso analisado pelo TCE-PR, a discussão não ficou restrita ao reajuste de 2025. O Tribunal também determinou que a Prefeitura de Colombo demonstre documentalmente o cumprimento do piso nos dois anos anteriores.

A decisão ainda recomendou que o município faça a implementação tempestiva dos próximos reajustes, evitando novos atrasos no cumprimento da legislação.

O processo é o nº 646680/25 e teve como interessados o AMPC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Colombo e o Município de Colombo. O relator foi o conselheiro Augustinho Zucchi.

Conta da festa Orçamento do turismo cresceu R\$ 1,76 milhão, mas contratos de R\$ 2,98 milhões ainda não tinham empenho até setembro; MP cobra como Prefeitura pretende fechar a conta de R\$ 4,64 milhões

Expo Assis amplia orçamento, mas MP questiona como festa será paga

MP apura como Prefeitura vai bancar Expo Assis, estimada em R\$ 4,64 milhões, após ampliar em R\$ 1,76 milhão a verba do turismo em 2026

DA REDAÇÃO
Cascavel

●A investigação do Ministério Público do Paraná sobre os gastos da Expo Assis 2026 revelou uma sequência de contratações, suplementações orçamentárias e recursos ainda pendentes que colocou no centro da apuração não apenas o tamanho da festa organizada pela gestão do prefeito Marcel Micheletto, mas a forma como ela será financiada.

Documentos analisados pela Gazeta do Paraná mostram que a Prefeitura de Assis Chateaubriand ampliou em R\$ 1,76 milhão a dotação destinada às “Atividades de Fomento ao Turismo” ao longo de 2026. Mesmo assim, quando prestou informações ao Ministério Público, o Município informou que, até 3 de setembro, ainda não haviam sido emitidos os empenhos referentes aos seis contratos artísticos da Expo.

O dado levou a Promotoria a determinar, já no âmbito do Inquérito Civil, que Micheletto apresente a execução financeira atualizada dos contratos, incluindo notas de empenho e ordens de pagamento expedidas posteriormente.

O custo estimado da Expo Assis 2026 informado pela própria Prefeitura é de R\$ 4.640.500. Desse montante, R\$ 2.985.000 correspondem exclusivamente aos cachês de Gustavo Lima, Ícaro & Gilmar, Humberto & Ronaldo, Atitude 67, DJ Jiraya Uaie e DJ Henrique. A programação prevê quatro dias de festa, entre 15 e 18 de outubro, com Gustavo Lima no encerramento.

R\$ 1,76 milhão

O ponto central agora investigado pelo Ministério Público está na evolução da verba disponível para bancar o evento. A Ação 2.013, denominada “Atividades de Fomento ao Turismo”, começou 2026 com dotação de R\$ 2.308.500. A própria programação orçamentária descreve essa ação como destinada à realização da Expo Assis e de outras festividades, feiras, exposições e iniciativas de turismo. Durante o ano, entretanto, o orçamento da ação foi elevado para R\$



Prefeitura ampliou orçamento do turismo em R\$ 1,76 milhão Reprodução / Redes Sociais

4.069.203,43. Foram acrescentados R\$ 1.760.703,43 por meio dos decretos municipais 449, 465, 641 e 642.

Segundo a portaria que instituiu o Inquérito Civil, a suplementação utilizou recursos livres e não vinculados provenientes de superávit financeiro e excesso de arrecadação. A Promotoria registrou ainda que a expansão ocorreu sem prévia estimativa de impacto orçamentário-financeiro. A Prefeitura respondeu que a Expo tem “caráter pontual” e não representa aumento permanente de despesa.

A análise individual dos atos mostra que nem todo o valor global de cada decreto foi destinado à Expo. O Decreto 465, de 15 de julho, por exemplo, abriu R\$ 750.566,83 em créditos para diferentes áreas da administração. Para “Atividades de Fomento ao Turismo”, foram destinados especificamente R\$ 132.982,43 em “Outros Recursos não Vinculados”. Já em 31 de agosto, o Decreto 641 colocou outros R\$ 277.721 diretamente na mesma ação. Nesse caso, todo o crédito foi destinado ao turismo e teve como origem excesso de arrecadação de recursos não vinculados.

Contratações

Não é apenas o aumento do orçamento que está sob análise. Na portaria de instauração do Inquérito Civil, o Ministério Público afirma ter identificado uma “flagrante desconformidade temporal e financeira” entre o andamento das contratações e a disponibilidade de créditos. A Promotoria sustenta que os processos de inexigibilidade referentes aos seis artistas foram deflagrados e formalizados sem disponibilidade prévia e integral de dotação.

Há um elemento adicional: em resposta anterior, o próprio município informou que, até 3 de setembro, ainda não haviam sido emitidos empenhos referentes aos contratos artísticos.

Por isso, o MP agora exige cópia da execução financeira dos contratos administrativos 39, 41, 43, 44, 46 e 64, incluindo os empenhos e pagamentos eventualmente realizados depois daquela data. No caso de Gustavo Lima, contratado por R\$ 1,55 milhão, o contrato nº 64/2026 foi emitido em 20 de agosto. O cantor se apresenta no encerramento da Expo Assis, em 18 de outubro.

R\$ 600 mil do Estado

Outra peça importante da conta

é um convênio de R\$ 600 mil pretendido junto à Secretaria de Estado do Turismo. Na portaria, o Ministério Público registra que o Município projetava utilizar esse recurso para ajudar a cobrir as despesas da Expo. A Promotoria, entretanto, apontou obstáculos para que o valor pudesse lastrear despesas que já estavam em tramitação. Segundo o MP, o Ofício 864/2026 da Secretaria estadual estabeleceu impedimento à realização de licitação antes da assinatura do termo. A Promotoria também levantou questionamento sobre a transferência voluntária de recursos no período eleitoral.

Agora, o Município terá de apresentar ao MP as publicações e o extrato da formalização definitiva do convênio e comprovar documentalmente o efetivo ingresso dos R\$ 600 mil no orçamento municipal. A Promotoria também requisitou manifestação do Controle Interno sobre a utilização do recurso diante das restrições da legislação eleitoral.

Explicação

O Ministério Público identificou ainda o que chama de “déficit residual de R\$ 571.296,57” nas planilhas apresentadas sobre o evento. No novo ofício encami-

nhado à administração municipal, a Promotoria quer saber qual fonte orçamentária cobrirá esse valor. O número deve ser distinguido de outro cálculo presente na portaria. O custo global estimado da Expo é de R\$ 4.640.500, enquanto o saldo atualizado disponível na Ação 2.013 era de R\$ 4.063.091,61 no balancete de 1º de setembro. A diferença aritmética entre esses dois valores é de R\$ 577.408,39. Já os R\$ 571.296,57 são o valor que o próprio MP identifica expressamente como déficit residual nas planilhas e cuja fonte de cobertura passou a exigir da Prefeitura.

EM NÚMEROS

4,64

A Prefeitura estima gastar

R\$ 4,64 milhões na Expo Assis, mas o Ministério Público ainda cobra a demonstração de como a conta será fechada e de onde virão os recursos para cobrir o custo total da festa

Pagamentos antecipados

A investigação alcançou outro ponto dos seis contratos. De acordo com a portaria, eles preveem pagamento antecipado de 100% dos cachês artísticos sem exigência concomitante de seguro-garantia. O MP questiona essa combinação e requisitou da Prefeitura as justificativas técnicas e jurídicas utilizadas para dispensar as garantias contratuais diante das antecipações.

De onde virá o dinheiro

A investigação também procura estabelecer quanto da despesa efetivamente permanecerá com o município. Antes de transformar o procedimento em Inquérito Civil, o MP já havia exigido um levantamento das receitas e contrapartidas previstas com camarotes, praça de alimentação, estacionamento, parque de diversões, estandes e patrocínios.

A Promotoria quer saber quais dessas receitas entrarão nos cofres municipais para reduzir o custo da Expo e quais atividades foram entregues à exploração de terceiros. Esse ponto ganha relevância diante do tamanho da conta. A Expo terá entrada gratuita e foi planejada para marcar os 60 anos do município.

Investigação avança

O que começou como uma Notícia de Fato foi convertido em Inquérito Civil em 9 de setembro. Marcel Henrique Micheletto e o Município de Assis Chateaubriand figuram no procedimento como investigados/representados.

Entre as novas diligências, o Ministério Público determinou que a Prefeitura apresente a situação financeira consolidada do Município, incluindo restos a pagar de fornecedores de serviços essenciais, e um levantamento das suplementações realizadas em 2026, comparando os valores destinados à Expo com saúde, educação, assistência social e meio ambiente.

A Câmara Municipal também foi acionada. O MP pediu informações sobre indicações e requerimentos aprovados em 2026 relacionados a políticas públicas básicas que eventualmente não tenham sido atendidos pelo Executivo sob justificativa de falta de recursos. A comparação poderá mostrar de onde saiu o dinheiro que fez o orçamento destinado ao fomento do turismo crescer R\$ 1,76 milhão e como a Prefeitura pretende fechar a conta de R\$ 4,64 milhões projetada para a Expo Assis 2026.

Justiça retira propaganda irregular em Umuarama

Decisão atende representação do Ministério Público e determina que candidatos regularizem bandeiras em até 24 horas; fiscalização será reforçada nas ruas e praças

Eliane Alexandrino
Com TCE-PR

●A Justiça Eleitoral determinou a regularização de propagandas eleitorais instaladas de forma irregular em espaços públicos de Umuarama. A decisão, expedida em 19 de setembro pelo Juízo da 89ª Zona Eleitoral, atende a uma representação apresentada pela 4ª Promotoria de Justiça do comarca, após o Ministério Pú-

blico do Paraná identificar problemas em diferentes pontos do município.

As irregularidades foram constatadas durante vistorias realizadas nos dias 16 e 17 de setembro em praças, calçadas, canteiros centrais, rotatórias e outros espaços públicos. Entre os problemas encontrados estavam o uso de wind banners, bandeiras de tecido presas a hastes flexíveis e bases em locais e horários não permitidos.

Segundo o MPPR, algumas estruturas estavam fixadas diretamente no solo, instaladas em áreas destinadas à circulação de pedestres ou próximas a semáforos, placas e faixas de pedestres. Também foram encontradas bases e suportes que

permaneciam nos locais depois das 22h. Outro problema identificado foi a concentração de bandeiras de uma mesma candidatura em uma configuração que poderia produzir efeito visual semelhante ao de outdoor, modalidade de propaganda eleitoral proibida. O MPPR informa que a regulamentação eleitoral estabelece regras específicas para a utilização de bandeiras em vias públicas.

Prazo de 24 horas

A decisão judicial estabeleceu prazo de 24 horas para que candidatos e respectivas agremiações regularizem as propagandas sob sua responsabilidade. As bandeiras poderão permanecer em espaços públicos somente

entre 6h e 22h. Depois desse horário, deverá ser retirada toda a estrutura, incluindo tecido, haste, base e suporte. Também está proibida a fixação das bandeiras diretamente no solo, gramado ou calçamento. As estruturas não podem bloquear ou dificultar a passagem de pedestres, calçadas, rampas, pisos táteis e faixas de pedestres. Também não podem comprometer a visibilidade de semáforos e placas ou criar riscos para a circulação e a segurança viária. A decisão determina ainda a retirada ou o reposicionamento de bandeiras idênticas pertencentes à mesma candidatura quando a disposição dos materiais produzir efeito visual semelhante ao de um outdoor.

Fiscalização

Depois do prazo concedido para a regularização, a Justiça Eleitoral determinou a realização de novas fiscalizações durante o dia e à noite nas principais ruas e praças de Umuarama. Os materiais que continuarem em situação irregular poderão ser recolhidos.

A Polícia Militar e a Guarda Municipal também foram autorizadas a atuar em situações concretas que representem risco à circulação de pessoas ou à segurança viária. O Ministério Público Eleitoral atua na fiscalização das regras de propaganda para garantir que candidatos e partidos cumpram a legislação durante o processo eleitoral.

Possíveis multas

Os autos também foram encaminhados à Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná para análise das providências cabíveis, inclusive quanto à eventual aplicação de sanções pecuniárias.

A decisão é resultado da representação apresentada pelo Ministério Público após as irregularidades verificadas em Umuarama. O processo tramita sob o número 0600053-92.2026.6.16.0089. A legislação eleitoral permite a utilização de bandeiras em vias públicas, mas exige que sejam móveis e não prejudiquem a circulação de pessoas e veículos. A propaganda deve ser instalada a partir das 6h e retirada após as 22h.



Result
CONSULTORIA EMPRESARIAL

✓ Excelência ✓ Comprometimento ✓ Agilidade

Impulsionando negócios, gerando resultados

Juntos, transformamos desafios em oportunidades e aceleramos seu caminho para o sucesso

Auditoria de Impostos

Consultoria Tributária

Revisão de Processos

Padronização de Processos Fiscais

Restituição ou Compensação de Tributos

Contato

(45) 3252-3800 (45) 99922-5909

resultconsultores.com.br
result@resultconsultores.com.br

R. Pedro dos Santos Ramos, 760,
Jardim La Salle, Toledo-PR

Disputa jurídica Placar de 4 a 0 mantém liminar que impede atos de campanha de Dallagnol, mas Corte ainda terá de julgar recurso contra decisão do TRE-PR que autorizou candidatura ao Senado

TSE forma maioria para manter campanha de Deltan suspensa

TSE formou maioria para manter suspensa a campanha de Deltan, mas registro da candidatura ao Senado ainda não foi definitivamente indeferido

DA REDAÇÃO
Cascavel

●O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) formou maioria na segunda-feira (21) para manter suspensos os atos de campanha de Deltan Dallagnol (Novo), candidato ao Senado pelo Paraná. Até o início da noite, o placar no plenário virtual estava em 4 votos a 0 pela manutenção da liminar concedida no sábado (19) pelo ministro Floriano de Azevedo Marques. Além do relator, votaram pela manutenção da medida os ministros Dias Toffoli, Estela Aranha e Ricardo Villas Bôas Cueva. Ainda faltavam os votos de Kassio Nunes Marques, André Mendonça e Sebastião Reis, mas a maioria necessária para referendar a decisão já havia sido alcançada. O julgamento virtual está previsto para permanecer aberto até as 23h59 desta segunda-feira. A votação desta segunda, porém, não representa o julgamento definitivo do registro da candidatura de Dallagnol. O que o TSE analisa neste momento é a manutenção da medida cautelar que restringiu a campanha enquanto a Corte examina o recurso apresentado contra a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) que autorizou a candidatura.

Proibição
A liminar foi concedida por Floriano de Azevedo Marques no sábado (19), na Tutela Cautelar Antecedente nº 0602022-65.2026.6.00.0000, apresentada pela Coligação Paraná Para Todos e pela Federação Brasil da Esperança contra o deferimento do registro pelo TRE-PR. Pela decisão, Dallagnol fica impedido, enquanto vigorar a cautelar, de receber e utilizar recursos públicos do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, veicular propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão e praticar outros atos de campanha. A determinação também alcança a participação em debates.
Na segunda-feira, o TRE-PR avançou no cumprimento da determinação. A relatora do registro, juíza Vanessa Jamus Marchi, determinou a intimação imediata das emissoras geradoras de rádio e televisão e estabeleceu que cabe ao próprio candidato adotar as providências para interromper peças publicitárias que já tenham sido encaminhadas às emissoras. No despa-



Placar chegou a 4 a 0 nesta segunda-feira; decisão impede atos de campanha, propaganda em rádio e TV e uso de recursos públicos Congresso em foco

cho, a magistrada registrou que Dallagnol já havia sido formalmente intimado para o “imediato cumprimento” da decisão do TSE. Segundo a determinação, a comunicação feita pela Justiça Eleitoral às emissoras não retira do candidato a responsabilidade de providenciar a cessação da propaganda já programada.

Candidatura
Um dos pontos centrais do caso é a diferença entre suspender os atos de campanha e indeferir definitivamente o registro da candidatura. Até o momento, o registro concedido pelo TRE-PR continua formalmente deferido, embora Dallagnol esteja impedido de fazer campanha pelas regras impostas pela liminar. Por essa razão, a decisão cautelar, isoladamente, não retirou seu nome da urna. O mérito do recurso que questiona sua elegibilidade ainda precisa ser julgado pelo TSE. A própria determinação em execução no Paraná registra que a decisão monocrática “não corresponde ao julgamento definitivo do registro de candidatura”.

TRE-PR
A controvérsia chegou ao TSE depois de o TRE-PR decidir, em 8 de setembro, por 4 votos a 3, pela elegibilidade de Dallagnol e pelo deferimento de seu registro para concorrer ao Senado nas eleições de 2026. No julgamento regional, prevaleceu o entendimento de que a decisão tomada pelo TSE em 2023 sobre a candidatura de Dallagnol a deputado federal não produzia, por si só,

uma proibição automática para a eleição de 2026. Também foi considerado o fato de os procedimentos disciplinares que estavam em tramitação no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) na época da exoneração terem sido posteriormente arquivados ou extintos sem resultar, segundo a defesa, em novos processos administrativos disciplinares ou punições. O Ministério Público Eleitoral havia se manifestado no processo regional a favor do reconhecimento da elegibilidade. O parecer, no entanto, não vinculava os integrantes do tribunal.

Decisão de 2023
O recurso ao TSE recoloca no centro do caso o julgamento realizado pela Corte em 16 de maio de 2023. Naquela ocasião, o tribunal decidiu por unanimidade cassar o registro da candidatura de Dallagnol a deputado federal nas eleições de 2022. O TSE considerou que o então procurador da República havia antecipado seu pedido de exoneração do Ministério Público Federal em um contexto no qual existiam procedimentos disciplinares em tramitação no CNMP. O relator daquele processo, ministro Benedito Gonçalves, sustentou que havia ocorrido fraude à lei. Segundo o voto acompanhado pelo plenário, Dallagnol possuía 15 procedimentos de diferentes naturezas em tramitação no CNMP que poderiam, em tese, ser convertidos em processos administrativos disciplinares. O entendimento foi de que a exoneração teria sido antecipada

para evitar a eventual incidência da causa de inelegibilidade prevista na alínea “q” do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990, a Lei de Inelegibilidades.
Ao conceder a liminar de 2026, Floriano de Azevedo Marques avaliou que o arquivamento posterior daqueles procedimentos não seria suficiente, neste exame preliminar, para modificar a conclusão jurídica adotada pelo TSE em 2023. Para o relator, o ponto central do julgamento anterior foi a conduta considerada fraudulenta na exoneração, e não o desfecho posterior de cada procedimento disciplinar. Floriano também apontou que caberia ao próprio TSE, e não ao tribunal regional, reexaminar ou eventualmente modificar o entendimento firmado anteriormente pela Corte Superior. Outro fundamento utilizado para justificar a urgência foi o risco de efeitos difíceis de reverter no processo eleitoral. O Paraná elege dois senadores em 2026, e o relator considerou que a continuidade irrestrita da campanha

poderia produzir consequências sobre a votação caso, posteriormente, o registro fosse indeferido.

O que diz Deltan
A defesa e a campanha de Dallagnol contestam a interpretação adotada no TSE. A tese sustentada pelo candidato é de que a decisão de 2023 indeferiu especificamente o registro apresentado para as eleições de 2022 e não teria estabelecido, em sua parte dispositiva, uma inelegibilidade autônoma aplicável automaticamente ao pleito de 2026. A defesa também argumenta que os procedimentos mencionados no julgamento de 2023 terminaram sem se transformar em processos administrativos disciplinares capazes de gerar novas punições. Esses argumentos foram acolhidos pela maioria do TRE-PR, mas agora estão novamente sob análise do TSE. Após a suspensão, Dallagnol afirmou que pretende recorrer e classificou publicamente a medida como uma “violência

jurídica”. As declarações representam a posição do candidato e não alteram, até o momento, a validade das restrições determinadas pela Justiça Eleitoral.

O que acontece agora
Com quatro votos já registrados, a maioria do TSE está formada para manter a liminar que suspende a campanha, ainda que os três ministros restantes possam registrar seus votos até o encerramento da sessão virtual. O resultado desse julgamento cautelar, contudo, não encerra a discussão principal. O TSE ainda deverá analisar o recurso contra o acórdão do TRE-PR e decidir se Dallagnol permanece ou não elegível para disputar o Senado em 2026.

Há ainda uma movimentação paralela no próprio TRE-PR. Embargos de declaração apresentados pela defesa, que estavam previstos para julgamento virtual nesta segunda-feira, foram retirados da sessão e encaminhados para julgamento presencial na quarta-feira (23), após pedido para acompanhamento presencial dos debates. Assim, o cenário jurídico nesta segunda-feira pode ser resumido em dois pontos distintos: a campanha de Deltan Dallagnol permanece suspensa, agora com maioria formada no TSE para manutenção da cautelar; o registro da candidatura, porém, ainda não foi definitivamente indeferido pela Corte Superior. O julgamento do mérito será a etapa que definirá a situação eleitoral do candidato para a votação de 4 de outubro.

CANDIDATURA DE DELTAN

O que está em discussão

Cautelar: se Dallagnol continuará impedido de fazer campanha.

Registro: se a candidatura deferida pelo TRE-PR será mantida ou modificada pelo TSE.

Decisão de 2023: se o entendimento que levou à cassação do registro de deputado produz efeitos sobre a eleição de 2026.

Procedimentos do CNMP: defesa sustenta que foram arquivados ou extintos sem novas punições.

Moro ataca Justiça Eleitoral e Ratinho após suspensão de Deltan

Candidato do PL ao governo do Paraná classificou como “arbitrária” a suspensão da campanha de Dallagnol ao Senado e atribuiu a decisão ao PT e a aliados do governo federal

Da Redação
Cascavel

●O candidato ao governo do Paraná pelo PL, Sérgio Moro, fez duras críticas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) após a decisão que determinou a suspensão da campanha ao Senado do ex-procurador Deltan Dallagnol (Novo). Em agenda realizada na segunda-feira (21) na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), o senador e ex-juiz qualificou o ato judicial como arbitrário e cobrou publicamente uma posição do governador Ratinho Junior (PSD).
A determinação de paralisação atinge o repasse de recursos públicos do fundo eleitoral e proíbe a participação formal de

Dallagnol em atos de propaganda até o julgamento definitivo sobre o registro de sua candidatura, sob relatoria do ministro Floriano de Azevedo Marques. Ao reagir à medida, Moro declarou que a decisão afronta a jurisprudência eleitoral e associou a representação partidária a ações movidas pelo Partido dos Trabalhadores (PT). “Quebraram todas as regras para proibir o Deltan de fazer campanha e tudo se encaminha para tirá-lo do jogo mais uma vez. Não querem nos enfrentar nas urnas, no voto. É revoltante o que o PT e os amigos de Lula estão fazendo”, disse Sérgio Moro, candidato ao governo do Estado pelo PL.
A disputa sobre a elegibilidade de Deltan Dallagnol decorre da cassação de seu mandato de deputado federal, decretada em 2023 com respaldo na Lei da Ficha Limpa. Embora o ex-procurador recorra para manter sua postulação ao Senado, a legislação faculta a siglas concorrentes o direito de impugnar registros



Moro cobra Ratinho por suspensão de campanha de Deltan Divulgação

de candidatura que apresentem pendências jurídicas antes do pleito.
A atuação rigorosa da Justiça Eleitoral no Estado tem sido abrangente: apenas na atual corrida eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) indeferiu 60 candidaturas com base em critérios legais semelhantes entre as quais a do ex-deputado Alfredo Maefer (PRD), barrado sob o mesmo fundamento.
Pressão
Além de contestar a Corte Eleitoral, Sérgio Moro direcionou suas críticas ao chefe do Executivo paranaense, Ratinho Junior, que apoia formalmente as candidaturas de Alexandre Curi (Republicanos) e Cristina Graeml (PSD) para o Senado Federal. “Não ouvi uma palavra do governador nem de seu candidato. Esse silêncio é revelador. Todo o Paraná sabe de que lado estão, à verdade, à justiça e a coragem nesta eleição.”

A PREFEITURA DE CASCAVEL NÃO PARA!

Em andamento

MAIS DE **R\$ 300 MILHÕES** EM OBRAS EM TODO MUNICÍPIO.



Em breve

NOVO HOSPITAL DA REGIÃO NORTE



4 NOVOS CMEIs NO INTERIOR



10 NOVAS UNIDADES DE SAÚDE



NOVOS ECOPARQUES



220 Km DE ESTRADAS RURAIS COM ASFALTO NOVO

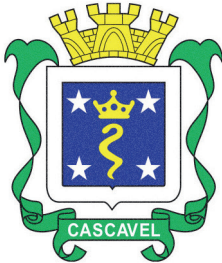


TRINCHEIRA DO CASCAVEL VELHO



O MAIOR INVESTIMENTO EM **ASFALTO NOVO** DA HISTÓRIA

E MUITO MAIS VEM POR AÍ ➔



GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE

cidade em
OBRAS

CBF Clubes aprovam redução de estrangeiros no futebol brasileiro a partir de 2027. Atualmente, cada clube pode relacionar até nove estrangeiros

Menos jogadores gringos em terras brasileiras?

A mudança foi apresentada pela CBF com o objetivo de ampliar o espaço para jogadores brasileiros mais jovens

GAZETA ESPORTIVA
São Paulo

● A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e os clubes das Séries A e B aprovaram na segunda-feira, no Rio de Janeiro, a redução gradual do limite de jogadores estrangeiros relacionados por partida no futebol brasileiro. A medida começa a valer em 2027 e prevê que o número máximo passe dos atuais nove para cinco até 2030. A decisão foi tomada durante a quarta reunião entre a CBF, os clubes e as federações estaduais no processo de discussão sobre o futuro do futebol brasileiro. A proposta teve apenas dois votos contrários.

Limite
Atualmente, cada clube pode relacionar até nove estrangeiros por partida nas competições nacionais. A partir de 2027, o limite cairá para oito e será reduzido em um atleta por temporada até chegar a cinco em 2030. “A gente tem um diagnóstico de que os jogadores Sub-23 brasileiros têm jogado cada vez menos, em contrapartida o número de estrangeiros aumentou substancialmente nos últimos anos, e isso fez com que os jovens brasileiros tenham cada vez menos espaço”, disse Helder Melillo, diretor executivo da CBF. A mudança foi apresentada pela CBF com o objetivo de ampliar o espaço para jogadores brasileiros mais jovens. Segundo estudo da CBF Academy, atletas Sub-23 representaram apenas 13,8% dos minutos disputados na Série A em 2026, percentual inferior ao registrado nas princi-



A medida começa a valer em 2027 Divulgação

pais ligas europeias analisadas. O levantamento também aponta crescimento da participação de estrangeiros com mais de 23 anos. Entre 2020 e 2026, a presença desses jogadores passou de 7,8% para 25% dos minutos disputados na Série A. O comparativo apresentado mostra que o Brasil possui a maior média de idade entre as seis ligas analisadas (Espanha, Alemanha, Inglaterra, França e Itália completam a análise). O cenário também aparece nas contratações: a idade média dos reforços que chegam aos clubes brasileiros é de 26,3 anos, acima das principais ligas europeias analisadas. O recorte analisado evidencia que estes dados coincidem com a mudança no perfil de contratações e a atual composição do futebol brasileiro. Enquanto a chegada de jogadores veteranos e estrangeiros aumenta neste período, a minutagem de jogadores formados nas categorias de base dos clubes brasileiros diminui.

NÚMERO

8

Atualmente, cada clube pode relacionar até nove estrangeiros por partida nas competições nacionais. A partir de 2027, o limite cairá para oito e será reduzido em um atleta por temporada até chegar a cinco em 2030

Gringos

A Série A do Campeonato Brasileiro conta hoje com 158 jogadores estrangeiros. Sete clubes da elite nacional ultrapassam o limite atual de nove estrangeiros: Botafogo (12), Vasco (12), Fluminense (11), Athletico-PR (11), Flamengo (10), Grêmio (10) e Internacional (10). Todos eles, portanto, já precisam cortar atletas de outras nacionalidades de seus compromissos na temporada. Outros três acumulam exatamente nove jogadores internacionais em seus elencos: Bahia, Cruzeiro e Atlético-MG. Se eles mantiverem todos os gringos para 2027, precisarão descartar ao menos um por duelo no Brasileirão.

Lista de inscritos

Além da redução dos estrangeiros, os clubes aprovaram uma nova divisão da lista de inscritos, mantendo o limite total de 50 jogadores por equipe. A partir de 2027, serão 30 vagas na Lista A, destinada aos atletas acima de 23 anos, e 20 na Lista B, formada por jogadores Sub-23. A divisão

será alterada gradualmente até chegar a 25 atletas em cada grupo em 2030. A CBF afirma que a medida busca aumentar a utilização de jogadores mais jovens sem diminuir o número total de atletas disponíveis nos elencos.

Novos horários

Outra mudança aprovada foi a reformulação da grade de horários das Séries A e B. A proposta pretende reduzir a quantidade de partidas disputadas simultaneamente e criar janelas mais fixas para as competições. Na Série A, o domingo terá a maior concentração de jogos, com 16 horas como principal horário-âncora. Durante a semana, a quarta-feira terá seis partidas na chamada “Super Quarta”. Na Série B, o sábado será o principal dia da rodada, com três jogos às 18h. Durante a semana, as partidas ficarão concentradas nos horários de 19h30 e 21h, entre terça e quinta-feira. A nova grade também elimina os jogos das 19h durante a semana e as partidas aos domingos à noite.

Balanço da rodada da Copa Paraná: Gralha e Paranavaí lideram

Os dois times vão se enfrentar na próxima rodada num confronto direto

Da redação
Cascavel

● Faltam só três rodadas para o fim da fase classificatória da Copa Paraná. Depois de quatro rodadas, a tabela de classificação mostra equilíbrio. Apenas quatro pontos separam os líderes do sétimo colocado. Na competição estadual, os dois primeiros avançam de maneira direta para as semifinais. E os times que terminarem entre o terceiro e o sexto lugares se classificam para as quartas. A quarta rodada foi concluída na noite de segunda-feira com o empate em 2 a 2 entre Londrina e Paraná Clube. Os dois times seguem invictos na competição. Mas o empate foi bom para o também invicto Paranavaí, que

fechou a rodada na liderança com os mesmos oito pontos do Paraná Clube. Porém, o Vermelhinho do Fim da Linha tem melhor saldo de gols. Aliás, na quinta rodada, no próximo fim de semana, Paraná Clube e Paranavaí farão um confronto direto pela liderança. O vencedor dará um passo importante rumo às semifinais. O Londrina tem seis pontos e aparece no quarto lugar com seis. O Cascavel é o último colocado com apenas um ponto e é o único time que ainda não venceu na Copa Paraná. A equipe, agora com Rodrigo Casca no comando, está em busca da primeira vitória. A Serpente Aurinegra irá abrir a próxima rodada no sábado (26) em mais um jogo como visitante. Irá enfrentar o Independente São Joseense, na Vila Olímpica, em Curitiba. Na quarta rodada, o São Joseense empatou em 1 a 1 com o Foz

NÚMERO

8

Paranavaí e Paraná Clube dividem a liderança da Copa Paraná com oito pontos



O Paraná perdeu a chance de assumir a ponta Divulgação LEC

do Iguaçu. Com isso, aparece no sétimo lugar com quatro pontos. São quatro atrás do líder Paranavaí. No entanto, na próxima rodada, fará um confronto direto com o Cascavel. O Foz do Iguaçu aparece no quinto lugar com cinco pontos. Na próxima rodada, no domingo (27), volta a jogar como mandante e recebe o Athletico-PR, no Estádio do ABC. O Furacão foi o único time que venceu na quarta rodada e derrotou o Azuriz por 1 a 0, na Arena da Baixada. Com esse resultado, o Athletico pulou para o terceiro lugar com seis pontos. Ou seja, também fará um confronto direto

com o Azulão. E o Azuriz fecha o G-6 com quatro pontos. Na próxima rodada, recebe o Londrina, em Pato Branco.

Números

Na Copa Paraná, o líder Paranavaí é dono da melhor defesa com apenas um gol sofrido. Já o Londrina é dono do melhor ataque com sete pontos. O Cascavel tem a defesa mais vazada da competição com nove gols sofridos. Mas a Serpente Aurinegra tem um dos artilheiros da competição: Zé Carlos, com três gols. Ele divide o posto com Ruan Lima, do Paraná Clube, que também tem três gols.

Estevão fala sobre volta à Seleção e projeta novo ciclo

Gazeta Esportiva
São Paulo

● Estevão participou ontem da primeira entrevista coletiva da Seleção Brasileira para os amistosos que acontecerão nesta Data Fifa. O ponta foi um dos primeiros escolhidos para responder à mídia, principalmente por sua volta após o corte da Copa do Mundo devido a uma lesão. No início da coletiva, o jovem de 19 anos falou sobre o novo ciclo que os jogadores enfrentarão nos próximos dias. “Estar aqui para este novo ciclo é muito importante para mim e para todos os jovens que estão chegando. Acho

que cada um tem que representar da melhor forma a Seleção Brasileira, seja valendo pontos ou não. A gente vai tentar buscar esses amistosos dar o nosso melhor. É isso que importa. Os resultados vão vir, é só cada um dar o melhor que vai dar tudo certo”, disse Estevão. Estevão também abordou a questão da ansiedade em voltar a vestir a camisa da Seleção Brasileira. O atacante deixou claro que considera um privilégio ser convocado e não sente ansiedade por retornar. “Acho que não é ansiedade, acho que é um privilégio. Cada um dos jogadores que é escolhido aqui é privile-



Estevão está de volta à Seleção Rafael Ribeiro/CBF

giado, porque a gente trabalha bastante no clube todos os dias e estar aqui é um privilégio. Estar sendo escolhido pelo Ancelotti é um privilégio para mim. Encaro isso como uma motivação pa-

ra entregar o meu melhor todos os dias nos treinos e nos jogos”, disse Estevão. O primeiro amistoso da Seleção acontece nesta sexta-feira (25), no Queensland Country Bank Stadium, em Townsville, contra a Austrália, a partir das 7h (de Brasília). Depois disso, o Brasil viaja para Brisbane, onde enfrenta novamente a seleção australiana no mesmo horário, no dia 29, no Suncorp Stadium. Em outubro, a Seleção Canarinho faz o último amistoso contra a Índia, no dia 3, às 11h (de Brasília), no Estádio Vivekananda Yuba Bharati Krirangan, em Calcutá.



Agência Corinthians

FUTEBOL FEMININO

Definida a final do Brasileirão feminino

● O Campeonato Brasileiro de futebol feminino terá o clássico Majestoso na grande decisão. No fim de semana, o São Paulo despachou o Flamengo com a vitória por 1 a 0. E na última segunda, o Corinthians também se garantiu na decisão. Mesmo atuando com uma jogadora a menos, as Brabas venceram o Bahia por 1 a 0 na Neo Química Arena, na partida de volta das semifinais do Brasileiro feminino. Jhonson marcou o gol que deu a vitória ao Corinthians, que enfrentará o São Paulo na decisão. Com o triunfo conquistado em Salvador na semana passada, o Corinthians avança à final com um resultado de 2 a 0 no agregado. O São Paulo, que venceu o Flamengo no outro lado da semifinal, será o adversário do Timão na decisão. Os jogos entre Corinthians e São Paulo pela final do Brasileirão feminino estão previstos para acontecer no dia 26 de setembro (jogo de ida) e 03 de outubro (jogo de volta). O Timão será o mandante no jogo de ida e o Tricolor Paulista será o mandante na partida de volta.



Redes sociais Umuarama

SÉRIE OURO

Definido o primeiro confronto das quartas

● A fase de mata-mata do Campeonato Paranaense da Série Ouro teve sequência na segunda-feira e foi definido o primeiro confronto da fase de quartas de final. O Umuarama eliminou o Guarapuava com a vitória por 2 a 1, no jogo de volta das oitavas, e avançou para enfrentar o Campo Mourão na próxima fase do Estadual. O Umuarama pode até cruzar com o Cascavel Futsal nas semifinais, já que está no mesmo lado no chaveamento do mata-mata da Série Ouro. O Cascavel Futsal fez o jogo de ida das oitavas de final contra o Itaipulândia, no último sábado, e empatou em 1 a 1. A partida de volta será no próximo sábado (26), às 17 horas, no ginásio da Neva, e o classificado do confronto irá enfrentar o Marreco de Francisco Beltrão nas quartas de final. O Umuarama, além de avançar para as quartas do Estadual, ainda está na Liga Nacional. No próximo sábado faz o jogo de ida das oitavas contra o Carlos Barbosa, às 18h15, no Amário Vieira da Costa.



Luciano Neves / GP

REDE MUNICIPAL

Definidos os finalistas da Copinha de futsal

● A Secretaria de Educação de Cascavel e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer promoveram a Copinha de futsal, competição que reuniu estudantes da rede municipal de ensino para uma competição de futsal. Ao todo, a Copinha teve 600 atletas, nos naipes masculino e feminino, de 21 escolas. Esta semana, foram definidos os finalistas. Ontem, o ginásio Sérgio Mauro Festugatto foi o palco para as disputas das semifinais. No feminino, destaque para a Escola Michalina, que levou a melhor sobre a Irene Rickli. As meninas empataram sem gols no tempo normal e, na disputa por pênaltis, deu Michalina por 2 a 0. Na grande decisão feminina, irá enfrentar o Anibal Lopes, que derrotou o São Francisco por 3 a 2, em jogo realizado na segunda-feira, no ginásio São Cristóvão. Na sequência ocorreu a semifinal no masculino. A Escola Ademir Correa garantiu a vaga na decisão ao vencer o Florêncio Carlos por 1 a 0. Na final, irá enfrentar os guris da Escola Reverendo Darci, que vence a Divanete Alves por 2 a 0. As finais serão realizadas na próxima sexta-feira (25), no ginásio da Neva. As equipes que chegaram nas semifinais foram definidas por região. A organização da Copinha colocou escolas dos bairros vizinhos para que pudessem disputar a competição entre elas.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P. COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

Súmula de Requerimento de Licença de Instalação
AUTO POSTO MARECHAL FLORIANO LTDA. torna público que requereu à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba – SMMA, Licença de Instalação para substituição de dois tanques de armazenamento de combustíveis de 30m3 cada, na Av. Marechal Floriano Peixoto, 2126, Bairro Rebouças, Curitiba/PR.

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS

REDUÇÃO MISTA: ABSORÇÃO DE PREJUÍZOS, AMORTIZAÇÃO DE RETIRADAS.

CHIAPETTI CASCAVEL LTDA

CNPJ nº 05.163.339/0001-22 – NIRE nº 41204846203

Data: 11 de agosto de 2026

Hora: 08h00

Local: Sede social, situada à Av. Brasil, 2120 – Cascavel/PR.

Convocação: Dispensada a formalidade de convocação prévia, tendo em vista o comparecimento unânime de todos os sócios, que se declararam cientes da pauta desta reunião, nos termos do artigo 1.074, § 2º, do Código Civil.

Presenças:

- Hélio Chiapetti, brasileiro, natural de Erechim-RS, nascido em 15/03/1949, casado, empresário, inscrito no CPF nº 015.485.909-59, portador da cédula de identidade civil RG nº 802.735-8 – SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Pato Branco, nº 1552, Residencial Golden Garden, Região do Lago, Cascavel – PR, CEP 85812-901, titular de 9.486.051 (nove milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil e cinquenta e uma) quotas.
- Lídia dos Santos Garcia Chiapetti, brasileira, natural de Bom Jesus do Itabapoana-RJ, nascida em 03/09/1971, casada, empresária, inscrita no CPF nº 021.436.327-97, portadora da cédula de identidade civil RG nº 9.853.846-1 – SSP/PR, residente e domiciliada à Rua Pato Branco, nº 1552, Residencial Golden Garden, Região do Lago, Cascavel – PR, CEP 85812-901, titular de 442.429 (quatrocentas e quarenta e duas mil, quatrocentas e vinte e nove) quotas.

Ordem do Dia:

- Deliberação sobre a redução do capital social da sociedade para absorção de prejuízos acumulados; amortização e baixa de saldos devedores de retiradas de sócios considerado excessivo ao objeto social, com a consequente alteração do contrato social.
- Aprovar a alteração do Contrato Social.

Deliberações:

Após análise da situação patrimonial e financeira da sociedade, os sócios, por unanimidade, deliberaram e aprovaram:

- Reduzir o capital social atual de R\$ 9.928.480,00 (nove milhões, novecentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta reais) para R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais). A redução total será no montante de R\$ 8.428.480,00 (oito milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e oitenta reais).
- A destinação detalhada da redução, que ocorrerá de forma segregada nas seguintes condições:
 - Para Absorção de Prejuízos (Art. 1.082, I, CC): O valor de R\$ 5.520.890,79 (cinco milhões, quinhentos e vinte mil, oitocentos e noventa reais e setenta e nove centavos) será integralmente utilizado para amortizar e absorver os prejuízos acumulados da sociedade.
 - Para Amortização de Retiradas de Sócio (Art. 1.082, II, CC): O valor de R\$ 2.907.589,21 (dois milhões, novecentos e sete mil, quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e um centavos) será destinado à amortização integral do saldo devedor que o sócio Hélio Chiapetti possui perante a sociedade, decorrente de adiantamentos/retiradas prévias registradas na contabilidade, conferindo-se mútua e plena quitação quanto a este saldo após a eficácia legal deste ato.

“O capital social é de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), dividido em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas de valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas pelos sócios, sendo 1.432.908 quotas de Hélio Chiapetti e 67.092 quotas de Lídia dos Santos Garcia Chiapetti.”

- Prazo de Eficácia e Alteração Contratual: A presente deliberação de redução de capital social terá sua eficácia condicionada à ausência de oposição de credores no prazo legal de 90 (noventa) dias contados da publicação desta ata (Art. 1.084 do Código Civil). Decorrido o prazo inalterado, os administradores ficam autorizados a assinar e arquivar a respectiva alteração contratual perante a Junta Comercial. Autorizar a administração a adotar todas as providências

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, vai assinada por todos os sócios.

Cascavel, 11 de agosto de 2026.

Assinaturas:

Hélio Chiapetti – CPF nº 015.485.909-59

Lídia dos Santos Garcia Chiapetti – CPF nº 021.436.327-97

Ajude a Uopeccan!

O Complexo Hospitalar Uopeccan atende crianças, adolescentes e adultos com câncer, visando como principal objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento, transplantes de TMO Autólogo (Transplantes de Medula Óssea) e transplante de fígado.

HOSPITAL DO CÂNCER UOPECCAN

Como doar?

As doações em dinheiro podem ser realizadas de qualquer cidade nas seguintes contas bancárias:

Cascavel – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 6878-0
CNPJ 81.270.548/0001-53

Umuarama – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 106878-4
CNPJ: 81.270.548/0002-34

Doe seu imposto de renda para o Hospital do Câncer Uopeccan:

Você pode ajudar pessoas em tratamento do câncer doando seu imposto de renda, de forma fácil e sem custo.

Basta enviar um e-mail solicitando a participação da sua empresa para pronon@uopeccan.org.br ou através dos telefones (45) 2101-7025 / (45) 9 9109-2445.

Vamos juntos unir esforços para combater o Coronavírus e proteger os pacientes em tratamento oncológico, que estão no grupo de risco.

Conheça outras formas de doações no site da Uopeccan: uopeccan.org.br

HOSPITAL DO CÂNCER UOPECCAN

Aquapanela do Brasil RESIDENCIAL

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
A vida social ficará animada e as atividades em grupo renderão bastante hoje. Consolide amizades e firme sua posição na equipe. As trocas subirão de qualidade. Conversas de hoje trarão novidades e soluções práticas. Com Saturno em seu signo, pense a longo prazo e reveja escolhas que já não correspondem às necessidades atuais. Entendimento no amor!

Touro (21/04 a 20/05)
A carreira entrará em foco, ótimo momento para lançar um empreendimento e consolidar a imagem profissional. Uma conversa no trabalho trará a solução prática que faltava e destravará um assunto parado. Firme sua posição, mostre o que já construiu e desenhe o passo seguinte com visão de longo prazo. Reconhecimento e poder pela frente!

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Conexões com gente de outros lugares abrirão caminhos e alargarão seus horizontes. Um plano de estudo ou de viagem ganhará forma em uma conversa despreocupada. Mostre o que você sabe fazer sem modéstia. Mudanças na imagem e na maneira de se apresentar farão sucesso. Participe de um evento e brilhe publicamente. Prestígio em alta!

Câncer (21/06 a 22/07)
Planos de mudança entrarão em cena e pedirão decisão. Determine objetivos de longo prazo, o momento pedirá visão de futuro. Hora de se apropriar do seu poder, talentos e da sua criatividade, sem esperar aprovação de ninguém. Assuma mais iniciativas, o novo comportamento abrirá portas. Fique de olho em uma oportunidade imobiliária. Poder em alta!

Leão (23/07 a 22/08)
As parcerias estarão em destaque, alguém fará uma proposta clara. Coloque os combinados no lugar e encerre um al-entendido com uma conversa franca. Documentos e assuntos práticos andarão melhor do que você esperava. Uma porta importante se abrirá com um empurrão leve. Encerre dinâmicas do passado. Boas alianças e reencontros à vista!

Virgem (23/08 a 22/09)
O corpo agradecerá qualquer cuidado que você retomar. Hora de mudar a rotina, lançar um projeto inovador no trabalho e começar um novo ciclo para valer. Ajuste horários e inclua atividades de bem-estar na agenda. Uma conversa trará a informação que faltava para você decidir um investimento. A partir desta noite, o Sol fortalecerá as bases materiais.

Libra (23/09 a 22/10)
Os projetos autorais terão um dia excelente. Ideias geniais e soluções originais movimentarão a vida em uma direção bem mais atraente. À noite, o Sol entrará em seu signo e inaugurará um ciclo de relações estáveis e de maior participação social. Com Vênus na área financeira, os bons negócios virão atrás. Mude investimentos e mantenha as contas equilibradas.

Escorpião (23/10 a 21/11)
A casa e a família pedirão presença, uma conversa aproximará quem andava distante. Um assunto antigo se resolverá melhor no sigilo do que no debate aberto. Com Vênus em seu signo, o magnetismo estará alto, você atrairá o que quiser. A partir de hoje, o recolhimento fará bem e começará a fechar um longo ciclo. Poder de atração em alta!

Sagitário (22/11 a 21/12)
Conversas e estudos terão bom andamento e trarão uma informação bastante útil. Os amigos movimentarão o dia, um convite chegará na hora certa. Você encontrará apoio para uma ideia inovadora, brilhe nas reuniões de trabalho e surpreenda. Curta os pequenos prazeres e os momentos de liberdade. A partir desta noite, a vida social ficará mais animada.

Capricórnio (22/12 a 20/01)
O dinheiro estará em foco, e uma escolha consciente valerá mais do que um ganho rápido. A partir desta noite, o Sol iluminará o plano de carreira e o futuro. Conte com sucesso nos empreendimentos e ótimos negócios. Investimentos poderão ser repensados, bom momento para organizar seus recursos com visão de longo prazo. Novos relacionamentos no radar!

Aquário (21/01 a 19/02)
Com Lua em seu signo, as emoções estarão amplificadas. Encontre a medida certa para expressar os sentimentos e as suas necessidades. Cuide da imagem e diga o que pensa, porque a palavra terá peso. Será um bom momento para fortalecer sua imagem e autoestima com decisões maduras e ponderadas. Prestígio e poder de influência em alta!

Peixes (20/02 a 20/03)
Desacelere e entre em sintonia com sua força interior. O dia trará maior equilíbrio entre o emocional, o mental e a espiritualidade. Mercúrio trará respostas existenciais e um compromisso maior com verdades universais. Conexões com pessoas de fora serão transformadoras e inspirarão novos projetos. A intuição será uma bússola precisa no trabalho e nas escolhas.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

23 Qua

9° 23°

0.0mm

Dia de sol, com nevoeiro ao amanhecer. Muitas nuvens à tarde, mas sem chuva. Noite firme.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

9° 23°

Sensação térmica

6° 15°

Chuva

0.0mm

Umidade do ar

52% 86%

Vento

SSE - 8km/h

Rajada de vento

SSE - 45km/h

Sol

06:23h às 18:29h

Lua

Crescente

24 Qui

14° 24°

0.0mm

Sol com algumas nuvens. Não chove.

Madrugada

Manhã

Tarde

Noite

Temperatura

14° 24°

Sensação térmica

13° 18°

Chuva

0.0mm

Umidade do ar

59% 97%

Vento

NNE - 8km/h

Rajada de vento

NNE - 33km/h

Sol

06:22h às 18:30h

Lua

Crescente

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel

A obra-prima de Robert Louis Stevenson	Título atual de Jorge Robert Francis Prevost	Único mamífero voador	Púlpito na entrada do Palácio do Planalto
Simbolo do judoca graduado	Tipo de hérnia na região da virilha		O caminho da Natureza, para Lao-Tsé
	Fruta rica em vitamina C e minerais	Tipo grave de hepatite	Rio que deságua no Mar do Norte
		Ajusta: pactua	
Dinastia chinesa	Pede Deferimento (abrev.)		
O SIM card do celular		Método de coleta de dados populacionais	Instância psíquica ligada à realidade
Confusão: balbúrdia (fig.)	Estado natal de Marina Silva (sigla)	Nosso, em Inglês Ben Stiller, ator	
			Pronome demonstrativo
			Dispersão de uma etnia pelo mundo
Condição da memória RAM (Inform.)	Prenome do artista plástico Portinari		
		"(?) Ministro", peça de Machado	550, em romanos
			Gritar de dor
(?) de Noiva, cachoeira no MT	Quociente de Inteligência (sigla)	Como (?), indicação de bulas	Limitam o espaço do nadador na piscina
		Variedade de manga comum no Nordeste	
Deus egípcio (Mit.)	Melhor (?), Oscar de Cillian Murphy em 2024		Tem o valor aproximado de 3,1416
Tenor que formou trio com Pavarotti e Plácido Domingo	Trecho sinuoso de estrada	Por motivo fútil	

BANCO

3/our, 5/horus, 7/morcego, 8/diáspora — inguinal, 10/patritório, 11/paratório.

23

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

CACA PALAVRA

Crítico

Picote

WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Siga a gente nas redes sociais:

coquetel editoraCoquetel

Solução

S	V	E	R	H	V	E	S	O	R
V	O	I	V	I	S	H			
I	d	H	O	L	V	n			
V	S	O	H	S	O	H			
H	V	S	n	I	O	S			
I	S	V	I	n	E	A			
O	D	I	O	N	V	O	I		
I		7	I	L	V	O	A		
H	N	O	B	S	V	O			
O	I	N	O	W	E	O	N	V	d
L	E	9	O	d	I	H	O		
V	O	H	E	C	V	n	I		
H	V	O	C	d	N	I	W		
V	I	E	H	d	V	X	I	V	F
d		W	d						

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCADEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114

Betel

- INSTRUMENTOS MÚSICAIS
- LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E TELÃO
- ELETRÔNICA/ CONCERTOS/ LUTHIER
- CONCERTO E ACESSÓRIOS PARA CELULARES
- BÍBLIAS E PRESENTES

Instagram Facebook

BETELSOM

(45) 3228-4874 (45) 99995-9256

RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCADEL/PR

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

Twitter Facebook

PLASTIVEL

Indústria de Plásticos Cascavel LTDA

EMBALAGENS

www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCADEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO

Cada toner por R\$ 39,00
5 toners por
R\$ 195,00

*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR

45 9 9929-2660
45 3096-8200

artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCABEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virginio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná

UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná

Editorial

Política não se faz com ameaça

● Um áudio que circula nas redes sociais nesta reta final da campanha eleitoral no Paraná deveria acender um alerta que ultrapassa candidaturas, partidos e preferências políticas. Na gravação, atribuída a um vereador de um município paranaense, uma voz ameaça empresários que estariam apoiando Sergio Moro em vez de Sandro Alex. A promessa é procurar supostas irregularidades dessas empresas para denunciá-las à Receita Federal. A autoria precisa ser definitivamente comprovada, mas o conteúdo merece atenção pelo método político que expressa.

Fiscalização não é instrumento de vingança eleitoral. Receita Federal, Ministério Público, tribunais de contas e demais instituições do Estado existem para cumprir funções definidas em lei. Ameaçar procurar irregularidades de alguém porque essa pessoa escolheu apoiar determinado candidato inverte completamente essa lógica: primeiro escolhe-se o alvo; depois procura-se algo contra ele. Trata-se de uma forma de intimidação que não pode ser normalizada no debate eleitoral.

Empresários, trabalhadores, servidores públicos ou qualquer cidadão têm o direito de apoiar Sergio Moro, Sandro Alex, Requião Filho ou qualquer outro candidato. Podem também não apoiar ninguém. O voto é livre e a manifestação política, dentro da lei, também. Quando alguém investido de mandato público é apontado como autor de uma ameaça desse tipo, a

gravidade aumenta, justamente porque um agente político não recebeu mandato para atuar como investigador particular de adversários eleitorais.

O episódio surge num momento de forte pressão eleitoral. Sandro Alex chegou à reta final com uma estrutura política expressiva ao seu redor: tem o apoio do governador Ratinho Junior, que se licenciou do Palácio Iguaçu para participar diretamente da campanha, além de prefeitos, lideranças e uma ampla coligação. Ainda assim, levantamentos recentes mostram cenários distintos para sua candidatura, colocando-o ora em segundo, ora em terceiro lugar, enquanto Sergio Moro aparece numericamente à frente nos principais levantamentos divulgados nos últimos dias.

É legítimo que uma campanha diante desse cenário intensifique agendas, mobilize prefeitos, procure empresários, peça votos e tente convencer o eleitor até o último minuto. O que não pode ser naturalizado é transformar disputa política em ameaça. Também seria irresponsável atribuir automaticamente a Sandro Alex as palavras de um terceiro sem prova de participação ou concordância. Mas existe uma responsabilidade das lideranças diante daqueles que afirmam agir em defesa de suas candidaturas: deixar claro que intimidação e retaliação não serão toleradas.

O aspecto mais preocupante do áudio é a mensagem transmitida ao setor empresarial. Empresas mantêm relações

permanentes com o poder público e estão submetidas a licenças, fiscalizações, autorizações e inúmeros procedimentos administrativos. Quando alguém ligado à política ameaça “ir atrás” de empresários por causa de sua preferência eleitoral, cria-se o temor de que discordar do grupo que ocupa ou pretende ocupar o poder possa trazer consequências econômicas. Esse ambiente é incompatível com uma democracia saudável.

Se existem indícios de crime tributário, que sejam encaminhados à Receita Federal; se existe corrupção, procure-se o Ministério Público; se existe irregularidade administrativa, acionem-se os órgãos de controle. O problema está em inverter essa ordem. Investigar uma irregularidade e descobrir que seu autor apoia determinado candidato é uma coisa; escolher quem será investigado porque apoia determinado candidato e então procurar algo que possa incriminá-lo é outra completamente diferente. Essa é a fronteira que separa fiscalização de perseguição.

Campanhas e mandatos terminam, enquanto as instituições permanecem. Na reta final de uma eleição acirrada, preservar essa fronteira é ainda mais importante. A política pode ser dura, pode ter confronto, crítica, denúncia e fiscalização, mas nenhum voto justifica transformar o poder público — ou a ameaça de acioná-lo — em instrumento para constranger quem pensa diferente.

O Supremo diante do espelho. Os absurdos da sessão de 15 de setembro e a urgência da reforma do Judiciário

Thiago MASSICANO

**Especialista em direito empresarial*

A sessão extraordinária do STF realizada na terça-feira, 15 de setembro de 2026, convocada para decidir sobre a abertura de investigação contra um de seus próprios integrantes no âmbito do caso Banco Master, deixará marca duradoura na história institucional brasileira. Não pela tese enfrentada, que sequer chegou ao fim, mas pelo improviso processual exibido em transmissão ao vivo para todo o país. Quem assistiu não viu uma corte constitucional julgando. Viu um colegiado discutindo consigo mesmo as regras do próprio jogo enquanto o jogo já estava em curso.

O primeiro absurdo é anterior à sessão e a contamina inteira. A relatoria dos feitos foi assumida pela Presidência da Corte, deslocamento que o ministro Flávio Dino qualificou como avocatória, figura que a Constituição de 1988 aboliu e que não encontra amparo na lei orgânica da magistratura, no CPP nem no regimento interno do Tribunal. O detalhe mais constrangedor é que a pauta da própria sessão ainda indicava outro ministro como relator. Dino advertiu que admitir esse deslocamento abriria uma “avenida de autoritarismo” nos tribunais. A ponderação contrária, de que o próprio relator teria encaminhado os autos à presidência, não resolve o problema. Competência jurisdicional não é objeto de disposição entre juízes. O juiz natural é garantia do jurisdicionado, não conveniência do julgador, e nenhum advogado conseguiria explicar ao cliente por que a regra

vale no fórum da comarca e não vale no Plenário do Supremo.

O segundo absurdo está na composição. Dois ministros se afastaram, um por impedimento e outro por suspeição, o que revela o grau de conexão entre os integrantes da Corte e o objeto investigado. Enquanto isso, o ministro cuja investigação se discutia permaneceu no Plenário e votou a questão de ordem que definiria o rito do julgamento a seu respeito. O princípio de que ninguém é juiz em causa própria não é preciosismo acadêmico, é fundamento da jurisdição. Se um magistrado de primeiro grau conduziu audiência em processo que apurasse a própria conduta, a nulidade seria decretada de ofício.

O terceiro absurdo é procedimental e beira o inacreditável. Apresentado pedido de vista, que por definição interrompe o julgamento, a presidência concedeu a palavra a outros dois ministros, que anteciparam seus votos. Formou-se um placar de quatro a três em julgamento tecnicamente suspenso, enquanto o voto de quem pediu vista deixou de ser computado. O resultado é um escure que existe no noticiário e não existe nos autos. Acrescente-se a discussão pública sobre quem pode falar e quando, com o presidente pedindo que o aparte lhe fosse dirigido e o ministro recusando a deferência sob invocação do regimento. O país assistiu a ministros do Supremo debatendo etiqueta de sessão no julgamento mais sensível da década.

O quarto absurdo é de ordem discursiva e atinge diretamente a advocacia. No curso desses debates, o ministro Flávio Dino afirmou viver o momento mais corrupto da história do Poder Judiciário, sem citar nomes, processos ou casos concretos, e emendou que não existe venda de sentença sem um advogado comprando. A frase soou como sentença sumária contra toda a advocacia brasileira. O Conselho Federal e as vinte e sete seccionais reagiram em nota conjunta, classificando a generalização como suspeita indevida lançada sobre categoria indispensável à administração da justiça.

A reação foi correta e precisa

ser sustentada com serenidade e firmeza. Ninguém na advocacia nega que existam desvios. A Ordem possui Código de Ética e Disciplina, tribunais disciplinares em todas as seccionais e processos que resultam em suspensão e exclusão. O que não se admite é a inversão lógica que transforma conduta individual em mancha coletiva. Corrupção, de fato, exige dois polos. Ocorre que o polo passivo, na venda de decisão judicial, é ocupado por quem detém o poder de decidir. Quem vende a sentença é quem a assina. Afirmar a existência do comprador sem igual ênfase na do vendedor, em sessão convocada para apurar a conduta de um magistrado da mais alta corte, transfere para fora do tribunal uma crise que nasceu dentro dele. A advocacia não é ré coletiva do que se discute no Plenário do Supremo.

Há ainda o aspecto mais grave da declaração. Se o ministro dispõe de elementos concretos sobre corrupção sistêmica no Judiciário, tem o dever funcional de comunicá-los às autoridades competentes, e não de anunciá-los em tribuna, sem endereço, diante das câmeras. Denúncia genérica não instaura procedimento, não produz prova e não pune ninguém. Produz descrédito difuso, que recai sobre todos os que trabalham honestamente.

O saldo da sessão é sombrio. O STF sai manchado e diminuído. Manchado porque expôs ao país a fragilidade das suas regras internas de distribuição, impedimento e condução dos trabalhos. Diminuído porque a autoridade de uma corte constitucional não repousa na força de suas decisões, mas na confiança que a sociedade deposita na forma como são tomadas. O brasileiro comum, que espera anos por uma audiência de família e aguarda a expedição de um precatório, olhou para a sessão e concluiu que a régua não é a mesma. Essa percepção é devastadora. Quando o cidadão deixa de acreditar que a justiça é igual para todos, o dano não é de imagem, é de fundamento, porque a jurisdição só se sustenta sobre a crença coletiva na sua imparcialidade.

Daí a urgência de uma reforma do Judiciário que já não pode ser adiada nem tratada como ameaça ao Poder. Reforma não é revanche, é manutenção. E ela passa por pontos objetivos. Distribuição por sorteio eletrônico auditável, com vedação expressa de deslocamento de relatoria fora das hipóteses legais. Regras claras de impedimento e suspeição aplicáveis também aos tribunais superiores, com declaração obrigatória e fundamentada. Limitação rigorosa das decisões monocráticas com efeito nacional, reservando ao colegiado o que é do colegiado. Mandatos fixos para os ministros das cortes superiores, com indicação transparente e arguição efetiva. Instância disciplinar apta a apurar a conduta de magistrados de todos os graus, inclusive dos que hoje escapam ao CNJ. E revisão do foro por prerrogativa de função, que deixou de ser garantia do exercício funcional para se tornar refúgio processual.

A advocacia cabe papel central nesse debate, e não coadjuvante. O art. 133 da Constituição não é declaração protocolar, é reconhecimento de que sem advogado não há contraditório, sem contraditório não há processo e sem processo não há justiça. A classe que sustenta diariamente o funcionamento do sistema, sempre sob fiscalização rigorosa, tem legitimidade para exigir que o mesmo rigor se aplique a quem julga. Não se trata de disputa entre carreiras, e sim de recuperar o que o país perde em velocidade preocupante, que é a confiança na instituição encarregada de dizer o direito.

O STF é indispensável à democracia brasileira e nenhuma crítica séria pretende enfraquecê-lo. Mas nenhuma instituição se fortalece pela negação dos próprios erros. A sessão de 15 de setembro foi um espelho, e o reflexo não agradou ao país. Cabe à Corte reconhecê-lo, cabe ao Congresso legislar sobre o que lhe compete, e cabe à advocacia, com independência e sem subserviência, cobrar de todos, inclusive de si mesma, a coerência que o Estado de Direito exige.

Política & CIA

Prefeitura em campanha

ARETA FINAL da campanha de Sandro Alex ganhou reforço vindo diretamente do primeiro escalão da Prefeitura de Curitiba. Cinco integrantes da gestão Eduardo Pimentel entraram em férias por 15 dias para trabalhar nas campanhas de Sandro ao Governo e Alexandre Curi ao Senado: Marcelo Fachinello, secretário de Governo; Marc Sousa, da Comunicação Social; Leverci Silveira Filho, da Segurança Alimentar; Renan de Oliveira Rodrigues, presidente da FAS; e Bruno Villela, assessor especial do prefeito. Pimentel já atua como coordenador da campanha de Sandro na capital. Agora, parte de sua tropa também entrou em campo.

Tudo por Curitiba

A movimentação mostra a importância de Curitiba e da Região Metropolitana para a estratégia governista nesta reta final. A entrada simultânea de cinco nomes diretamente ligados à administração de Eduardo Pimentel reforça a operação para ampliar a presença de Sandro entre o eleitorado da capital. Com o prefeito já envolvido na coordenação, a estrutura política curitubana passa a participar ainda mais diretamente da sucessão estadual.

Sem debate

A RPC cancelou nesta terça-feira o debate entre os candidatos ao Senado que estava marcado para sexta, dia 25. A emissora comunicou a decisão aos partidos depois da suspensão dos atos de campanha de Deltan Dallagnol pelo TSE. Era um dos principais confrontos previstos entre os candidatos às duas vagas paranaenses ao Senado nesta reta final. A emissora ainda mantém na programação o debate dos candidatos ao Governo, previsto para o próximo dia 29.

Guerra no Podemos

Tem confusão dentro do Podemos do Paraná por causa da divisão do dinheiro eleitoral. Candidatos a deputado estadual reclamam que, dos R\$ 3,16 milhões distribuídos para a chapa até então, R\$ 2,34 milhões teriam ficado concentrados em apenas duas candidaturas. Há candidatos reclamando publicamente da distribuição e relatos de redução de atividades de campanha. O episódio expõe uma briga que normalmente fica escondida dentro dos partidos: quem recebe dinheiro e quem precisa disputar voto praticamente sem estrutura.

Comitê atacado

A candidata a deputada federal Luciana Rafagnin registrou boletim de ocorrência depois de episódios envolvendo sua campanha em Francisco Beltrão. Segundo a denúncia apresentada pela candidata, seu comitê foi invadido, materiais eleitorais foram queimados e um windbanner destruído. Imagens da queima chegaram às redes sociais. Luciana classificou os episódios como violência política de gênero.

Celular ao volante

Requião Filho arrumou um problema onde provavelmente não esperava: no próprio vídeo de campanha. O candidato ao Governo apareceu gravando enquanto dirigia. O uso do celular ao volante é infração gravíssima prevista no Código de Trânsito Brasileiro. Na reta final, quando candidatos produzem conteúdo praticamente o dia inteiro para alimentar as redes, fica a velha recomendação: antes de publicar, é bom olhar tudo o que aparece na imagem.

Eustáquio de volta ao jogo

O TRE-PR determinou o res-

tabelecimento dos direitos políticos de Oswaldo Eustáquio, candidato a deputado federal pelo União Brasil. Os direitos estavam suspensos em razão de uma condenação criminal já transitada em julgado no TJPR, mas a punição foi posteriormente extinta. O Tribunal determinou ainda a regularização da situação eleitoral e da quitação de multas. A decisão ocorre justamente quando se aproxima a análise do pedido de registro da candidatura.

Vídeo fora do ar

Filipe Barros também teve novidade na Justiça Eleitoral. O TSE determinou a retirada de um vídeo utilizado pelo candidato ao Senado contra Gleisi Hoffmann. A decisão envolve conteúdo publicado nas redes sociais. É mais um episódio da crescente judicialização da campanha paranaense ao Senado, que chega aos últimos dias acumulando pedidos de retirada de conteúdo, denúncias e disputas sobre propaganda eleitoral.

Curi e Chico

Alexandre Curi ganhou nesta terça-feira um cabo eleitoral importante em Foz do Iguaçu. O ex-prefeito Chico Brasileiro, candidato a deputado federal pelo PSDB, declarou apoio ao candidato ao Senado e passou a apresentá-lo como “senador da fronteira”. Curi retribuiu, defendendo a eleição de Chico para a Câmara e prometendo atuar por demandas de Foz, entre elas a construção de um novo hospital. A dobradinha busca casar duas necessidades eleitorais: Curi quer ampliar presença no Oeste e Chico tenta levar para Brasília o capital político acumulado na prefeitura.

Sandro no Grupo Massa

Sandro Alex abriu nesta terça a rodada de sabatinas do Grupo Massa com os candidatos ao Governo. Sergio Moro será entrevistado na quarta e Requião Filho na quinta. As entrevistas têm 25 minutos e transmissão simultânea pela televisão, rádio e YouTube. Há um componente político inevitável no cenário: o Grupo Massa pertence à família do apresentador Ratinho, pai do governador Ratinho Junior, que está licenciado do cargo e trabalhando diretamente pela eleição de Sandro. Por isso, o tratamento dispensado aos três candidatos tende a ser observado com atenção pelas campanhas.

Moro com empresários

Sergio Moro passou parte desta terça-feira diante de empresários e representantes da construção civil. O candidato participou de encontro promovido pelo Instituto de Engenharia do Paraná e pelo Sinduscon, em Curitiba, para apresentar propostas relacionadas ao desenvolvimento do Estado. A agenda mostra outro campo de disputa nesta reta final: o empresariado paranaense, especialmente setores ligados à infraestrutura e à construção.

Cidinha Marcon

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



•Solidão perigosa
Menor habilidade para combater doenças comuns. Um estudo das universidades da Califórnia e de Chicago, publicado em 2015 na revista especializada PNAS, investigou o efeito celular da solidão em humanos e macacos, e concluiu que o sentimento de isolamento pode reduzir a eficiência do sistema imunológico. Os pesquisadores perceberam que pessoas identificadas como socialmente isoladas tiveram um aumento de 12% na atividade dos genes chamados CTRA, que estão associados à resposta imunológica. O estado de alerta, desencadeado pelo sistema simpático, incrementa a inflamação do corpo e reduz nossa capacidade de combater infecções.



O CAUSÍDICO
e jornalista Osmar Jr e esposa Ariane estão comemorando nesta quarta-feira, dia 23, 10 anos bem casados *Arquivo pessoal*

•Bom dia!
Que se multipliquem a paz que acalma o coração, a fé que sustenta nos dias difíceis, a esperança que renova as forças e a gratidão que nos faz enxergar o cuidado de Deus em cada detalhe. Que Deus multiplique os motivos para sorrir, as portas abertas no tempo certo e a certeza de que Ele está presente, cuidando de tudo com amor e fidelidade. Que não falte fé, que não falte coragem e que a presença de Deus nos acompanhe em cada passo. Que as bênçãos do Senhor se multipliquem hoje, amanhã e todos os dias. Deus é bom o tempo e o tempo todo Deus é bom!



BERENICE ZAGO, de bem com a vida *Arquivo pessoal*



SESSÃO BEM CASADOS-
Odete Molin e Nilson Alves *Arquivo pessoal*

•Repensando a melhor idade
O psicólogo japonês Hideki Wada publicou um livro intitulado “A Parede dos 80 Anos”. Ele condensou os segredos de uma vida “afortunada” para os jovens de 80 anos em frases...
* Faça o que quiser; não faça o que não gosta.
* Os desejos naturais permanecem mesmo na velhice.
* Em qualquer caso, não fique sentado em casa o tempo todo.
* Coma o que quiser; um pouco de sobrepeso é melhor.
* Faça tudo com cuidado.
* Não se envolva com pessoas de quem você não gosta.
* Não assista televisão o tempo todo.
* Quando o carro chega à montanha, o caminho aparece: esta é a frase mágica da felicidade para os idosos.
* Coma frutas e saladas frescas. (Continua...)

Charles Garbin

Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana



pada
@padariagarbin

Vestibular

Viver a profissão faz a diferença.

2027

Prova no dia 17 de outubro

EU ❤️ FAG

Medicina FAG

Saudade Não Tem Idade

Na obra da Catedral – 1970

PADRE LUIS PAROLLA, Dom Guido Tonetti e Dom Armando Cirio aparecem defronte ao que seria, futuramente, a Catedral Metropolitana. O registro é de 1970.
A Catedral de Cascavel, como conhecemos hoje, teve sua primeira missa celebrada em 1974, com a obra ainda em andamento. No entanto, a inauguração oficial do templo ocorreu em 1976, ainda na condição de Igreja Matriz. Em 16 de outubro de 1979, a Diocese foi alçada à categoria de Arquidiocese e o templo à Catedral Metropolitana.
O projeto arquitetônico da Catedral foi desenhado pelo arquiteto Gustavo Gama Monteiro, tendo como principal característica o telhado em laje plissada, com 18 gomos de concreto armado sobre 18 colunas, formando um leque que representa o manto e a coroa de Nossa Senhora.
Ao todo, a obra demorou cinco anos para ser concluída e chama a atenção pela ousadia arquitetônica. Na cobertura, foram utilizados 60 mil kg de ferro e 50 mil sacas de cimento, além de areia e pedra brita.



Diocese de Cascavel / Foto - Acervo de Xico Tebaldi e IBGE / Acervo Cascavel Histórica

Antiga Igreja Matriz de Toledo

Na imagem, sem uma data específica, vemos a antiga Igreja Matriz de Toledo (PR), localizada na Rua 7 de Setembro, onde também funcionou a Escola Imaculado Coração de Maria. Construída em madeira, a igreja foi um dos primeiros marcos da cidade e se tornou ponto de encontro da comunidade nas décadas iniciais de colonização. Entre 1948 e 1960, o prédio abrigou salas de aula improvisadas até a criação do Ginásio Imaculado Coração de Maria, oficializado em 1961. A antiga matriz antecedeu a atual Catedral Cristo Rei, inaugurada em 1964, simbolizando a transição de Toledo de pequeno núcleo colonizador para cidade em plena expansão.



Biblioteca IBGE

Avenida Arapongas em meados do século passado

A fotografia retrata a movimentada Avenida Arapongas, no município de Arapongas (PR), ainda em seus primeiros anos de desenvolvimento urbano. Conhecida anteriormente como Avenida Central, a via se tornou eixo de crescimento econômico e social da cidade. O comércio local se consolidou a partir de 1935, quando os primeiros lotes foram vendidos, dando início à instalação de casas comerciais e serviços essenciais. Nessa paisagem urbana de meados do século XX, é possível observar veículos da época, pedestres e fachadas de estabelecimentos que simbolizam o dinamismo de uma cidade jovem, mas já marcada pelo ritmo acelerado do progresso.



Biblioteca IBGE

Veículos da Polícia Militar - Anos 1980

Ao longo dos anos, diversos foram os modelos que compuseram as frotas do 4º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, em Maringá. Dos robustos aos mais práticos e ágeis para operações simples, muitos desses veículos marcaram época.
Na década de 1980, por exemplo, era comum policiais fazerem blitz ou batidas conduzindo Fuscas ou pilotando motos as famosas CG 125 cilindradas da Honda. Os carros eram personalizados com as cores amarelo e cinza, além de terem duas sirenes estilo giroflex e uma



IBGE / Acervo Paraná Histórica